

## VIABILIDADE DA AGRICULTURA ORGÂNICA DENTRO DA ÉTICA E COMÉRCIO JUSTO. Richard Domingues Dulley<sup>1</sup>

### 1 - Eficiência, produtividade e manutenção dos princípios básicos

A viabilidade econômica da agricultura orgânica, biodinâmica, natural, enfim das diversas denominações que existem, levanta sempre interesse e celeuma tanto por parte daqueles que são a favor, como daqueles que nela não acreditam ou são contra. Os poucos estudos realizados até o presente, tem demonstrado que de modo geral, a agricultura orgânica apresenta “produtividades” mais baixas mas também custos mais baixos. LOCKRETZ (1975), DULLEY & CARMO (1981), CARMO & MAGALHÃES (1998). O sistema de comercialização desses produtos, por estar normalmente mais próximo dos consumidores, que também são diferenciados em relação aos de produtos convencionais, constituem fatores extremamente favoráveis à viabilidade econômica, pelo menos no início do desenvolvimento desse sistema de produção agrícola.

Os agricultores e aqueles que tem defendido e defendem ideologicamente a causa da agricultura orgânica, ao quererem se inteirar e conhecer melhor sua capacidade econômica, preocupam-se com dois aspectos, que se destacam por sua constante presença nas discussões e críticas em relação à sua viabilidade técnica e econômica.

Um deles, é sem dúvida **a produtividade agrícola**. A produtividade da agricultura orgânica, para que possa ser aceita e um dia transformar-se na ideologia dominante, teria que estar pelo menos próxima da alcançada pela agricultura convencional. Sem isso, corre o risco de ser desprezada, criticada e até mesmo desmoralizada, por não apresentar condições equivalentes reais ou pelo menos potenciais para atender àquilo que os especialistas denominam segurança alimentar. O outro aspecto, refere-se à questão dos **diferenciais para mais nos preços**, “os ágios” obtidos pelos produtos orgânicos em seus nichos de mercado e

---

<sup>1</sup> Engenheiro agrônomo, pesquisador científico do Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Estado de São Paulo. Mestre em Desenvolvimento Agrícola pelo CPDA/UFRRJ e Doutorando em Ciências Sociais na área de Ambiente, Tecnologia e Desenvolvimento no IFCH/UNICAMP. Endereço Av.Miguel Stéfano 3900 telefone (11) 577-0244 – fax (11) 2764062 email [dulley@iea.sp.gov.br](mailto:dulley@iea.sp.gov.br)

de como e quando (no caso da expansão, difusão e vulgarização da agricultura orgânica) teoricamente eles se reduziriam e desapareceriam no tempo, retirando-lhe essa vantagem específica, inviabilizando-a portanto no longo prazo.

Essas duas questões entretanto, parecem ser bem mais complexas, quando se introduzem os aspectos ambientais que estão, ou pelo menos deveriam estar, ligados à produção agrícola orgânica. Essa agricultura, foi idealizada por diversos grupos sociais que em varias partes do mundo, organizaram-se para viabilizá-la e difundi-la o máximo possível e pelas mais diferentes motivações. Seus objetivos iniciais, provavelmente incluíam muito mais a contestação do modelo agroquímico dominante do que alcançar a sua imediata viabilidade comercial em qualquer condição econômica, política e social. Essa agricultura, nasceu e evolui, limitada por uma série de auto-restrições quanto ao uso de determinados insumos considerados prejudiciais à natureza e aos seres humanos em especial. E essas auto-restrições estabelecidas e impostas normalmente por ONG's, tem sido e são exercidas em um cenário no qual domina fortemente a produção agrícola convencional, onde impera a mais absoluta liberdade de depredar e poluir a natureza em nome do aumento da produtividade. A agricultura sustentável/orgânica que navega contra a corrente do pensamento oficial e dos interesses das empresas transnacionais de insumos agrícolas, não foi pensada para se destinar e atender a um consumidor alienado. Ela foi pensada, analisada e está em grande parte sendo difundida, no contexto de movimentos críticos do “status quo” agrícola. Foi promovida por movimentos sociais e filosóficos. Visa atender a um consumidor crítico e potencialmente insatisfeito com o modelo vigente e/ou mais consciente (que pelo menos pudesse ser gradualmente conscientizado) das questões ambientais e de saúde, relacionadas aos processos de produção agrícola que respeitem a natureza. Preocupa-se também com a qualidade dos produtos, comércio justo, saúde do planeta, saúde dos trabalhadores rurais e o que é mais difícil, com a melhoria das suas condições de vida.

O aumento da produtividade pura e simples, conforme o defendido pela ideologia da agricultura da revolução verde e pela políticas agrícolas públicas e privadas que dela historicamente tem derivado, constitui um conceito parcial e

viesado, que trás em si o germe da destruição da natureza. Além do mais, está baseada em um falso mito de eficiência.

E o termo eficiência tem sido muito utilizado mas raramente definido claramente. Nos contextos mais comuns, na área da agricultura convencional, um sistema agrícola eficiente e viável, seria aquele que produzisse alimentos a baixo preço, não importa a que custo social e ambiental. Entretanto, reduzir a eficiência na produção agrícola apenas a racionalidade econômica, é no mínimo muito arriscado e pode gerar vários problemas. A atual ideologia dominante, que impõe um padrão tecnológico de produção agrícola, que exige contínuos e crescentes aumentos da produtividade para que seja cada vez mais eficiente, acaba determinando a adoção da monocultura. Como se fosse um circulo vicioso, o fato da monocultura convencional ser mais eficiente do ponto de vista exclusivamente econômico, determina uma tendência aos agricultores concentrarem-se com o correr do tempo, nas mesmas culturas numa mesma região. E essa eficiência, advém em grande parte do fato de que se está tratando o meio ambiente como bem livre (pelo qual não é preciso pagar - não tem preço). Nessa concepção viezada de eficiência apenas econômica, não se considera no calculo econômico, a perda da vida selvagem, a erosão do solo, contaminação da água, do ar, alimentos e dos trabalhadores rurais. Não se embute nos custos, os gastos sociais do Estado decorrentes da necessidade remover os agrotóxicos da águas, desassorear os rios, tratar da saúde dos contaminados etc.

A agricultura convencional em função de suas características reducionistas, apresenta praticamente, apenas um grande e único objetivo, que é - o aumento da produtividade - do qual, teoricamente decorreria aumentos de receitas econômicas. Seus limites, não são os estabelecidos pela capacidade de produção dos processos naturais mas muito mais por aqueles definidos pelos processos tecnológicos. No estabelecimento agrícola convencional, considera-se apenas a produção física concreta, a receita e nada mais. Entretanto, o conceito de produtividade depende do raciocínio tomado como base. Se refere-se a um cenário de uniformidade ou de diversidade de atividades e de espécies.

Segundo SHIVA (1993) "O que é desejável para o 'agribusiness', pode não ser desejado pelos agricultores pobres e quando ele retira aqueles aspectos da

biodiversidade, o ‘desenvolvimento’ agrícola promove a pobreza e o declínio ecológico”. Estas observações poderiam entretanto ser aplicadas também ao “agribusiness” orgânico. Como exemplo disso, refere-se à introdução de variedades de trigo que produzem pouca palha (o que interessa aos objetivos dos que controlam o comércio internacional desse produto) mas que prejudica as comunidades rurais para as quais essa palha era utilizada em diversas finalidades domésticas e artesanais. Portanto, o conceito de produtividade na agricultura pode variar, dependendo se a produção se realiza num contexto de uniformidade ou diversidade de espécies. No caso da agricultura orgânica a redução do número de espécies e tendência para a monocultura constituem desvios em relação aos seus princípios básicos e que portanto merecem ser monitorados para que se mantenha a credibilidade dos produtos e do mercado orgânico

Esse modelo de produção agrícola baseado na monocultura, está associado à dependência de insumos externos ao estabelecimento agrícola, centralização das decisões e elevada vulnerabilidade a colapsos ecológicos. O desenvolvimento e introdução de variedades pouco numerosas, reduziram a diversidade natural. Segundo SHIVA(1993) “A introdução dessas novas sementes de elevada resposta aos insumos químicos constituíram também um mecanismo de introdução e desenvolvimento de doenças e pragas. As variedades locais, normalmente são resistentes às doenças e pragas locais. Mesmo se há ocorrências, algumas variedades serão suscetíveis enquanto outra se mostrarão resistentes para sobreviver”. Foi preciso portanto acabar com a diversidade para dar espaço às doenças e pragas num nível de infestação que exigisse a utilização dos agroquímicos.

Aparentemente, o objetivo principal do atual modelo de produção agrícola que predomina há décadas, é o de aumentar seu volume de produção e comercialização, tendo como horizonte, gerar alimentos e matéria prima suficiente para abastecer toda a população mundial. Esta foi pelo menos, a perspectiva e promessa dos arautos da revolução verde, que o tempo demonstrou ser irrealizável de modo amplo, pelo menos nos marcos do capitalismo como atualmente se apresenta.

O conteúdo das políticas agrárias, aparentemente destinado a beneficiar os agricultores com o aumento da produtividade, e consumidores, pela abundância da produção e preços mais baixos, beneficiou de fato, principalmente o setor agro

industrial produtor de insumos, processador e importador/exportador de produtos agrícolas.

Outro aspecto que se contrapõe a esse falso mito da eficiência da agricultura convencional, é o fato de que nos países onde esta encontra-se mais avançada, agricultores recebem enormes subsídios estabelecidos pelo Estado para os preços, para que possam continuar a plantar, ou seja, que o modelo continue a ser viável economicamente. E alguns países a política agrícola convencional chega a pagar para o agricultor não plantar ! Não é portanto conveniente e estratégico que o movimento orgânico caia na “armadilha” que representa adotar os mesmos conceitos de produtividade e viabilidade estabelecidos e difundidos pela agroquímica. Não é recomendável que comparem os resultados da agricultura orgânica com os da agroquímica, uma vez que a primeira deve produzir buscando a máxima harmonia/equilíbrio possível com a natureza enquanto que o sistema convencional de produção agrícola, é intrinsecamente destruidor da mesma.

Os reflexos causados na opinião pública pelas reportagens e denúncias dos meios de comunicação e em especial da TV, sobre a utilização exagerada e os males causados pelos agroquímicos aos trabalhadores, consumidores e meio ambiente, somados aos resultados favoráveis de algumas recentes pesquisas de opinião que identificam a aceitação e prestígio da agricultura orgânica, indicam seu potencial e viabilidade junto à macroopinião e da política.

A reforma da agroquímica, através da agricultura sustentável, poder reduzir o grau de destruição/poluição mas não concretiza as mudanças mais drásticas que são necessárias conseguir.

A eficiência para a agricultura orgânica, em termos ideais, não depende apenas da racionalidade econômica e do lucro máximo. Vandana Shiva (1989), considera que “Na economia de mercado, os princípios organizacionais para a relação com a natureza são a maximização dos lucros e a acumulação de capital. As necessidades humanas e da natureza são conduzidas através de mecanismos mercadológicos. A procura de recursos naturais está restrita à necessidade de mercado; a ideologia do desenvolvimento está, em sua maioria baseada em uma visão de trazer todos os produtos naturais à economia de mercado como matéria prima para a produção de bens de consumo. Sendo esses recursos utilizados pela natureza para manter seu

equilíbrio, e pelos povos para o seu sustento, seu desvio para a economia de mercado, gera carência da estabilidade ecológica e cria novas formas de pobreza”. O lucro, sem dúvida, é importante para a sobrevivência e acumulação de capital para o agricultor convencional ou orgânico mas é necessário que se exija ou pelo menos se espere, que o orgânico adote princípios que observem o maior grau possível de integração entre atividades animais e vegetais e também entre as mais diversas espécies e variedades. E nesse contexto, é preciso pensar além do consumidor e do agricultor como seres humanos (comércio justo) e incluir como preocupação, o bem-estar do trabalhador rural.

Após seu período heróico e pioneiro na década de 80, hoje, pelo menos no Estado de São Paulo, é possível vislumbrar um período dinâmico decisivo para os rumos do avanço e a sobrevivência das idéias ou ideais que deram início ao movimento pelas agriculturas alternativas. O discurso da preservação/regeneração ambiental ocupa atualmente importante espaço nas discussões acadêmicas e da “mídia” em nível nacional e mundial. A cada dia empresários de todos os matizes e tamanhos tomam conhecimento das potencialidades de comércio e lucros nos denominados “nichos” de mercado e já estão invadindo-os e escancarando-os.

O que era uma possibilidade hoje se mostra na real viabilidade técnica e econômica e portanto o desempenho dessa atividade, depende atualmente, muito mais de estratégias de “marketing”, do que dos frios números das pesquisas em economia agrícola relativas a viabilidade técnica e econômica da produção orgânica. Qual seria a reação dos agricultores orgânicos, comerciantes de produtos orgânicos, grupos idealistas das agriculturas alternativas e consumidores, frente a multinacionais que resolvam investir na produção industrial e comercialização de “inimigos naturais” como um produto (alternativo aos inseticidas e fungicidas) a ser vendido em lojas de produtos agropecuários ou abram cadeias de lojas para comercializar produtos orgânicos a preços bastante diferenciados e dirigidos para as classes sociais mais ricas, ou grandes empresas de exportação de grãos orgânicos. Corre-se também o risco da agricultura orgânica conseguir a sua viabilidade econômica, via facilidades oferecidas, embutidas em “insumos modernos” orgânicos (ecologicamente corretos) mas que

devem obrigatoriamente ser adquiridas no mercado ao invés de serem produzidas na propriedade agrícola.

Em relação à comercialização dos produtos orgânicos, é possível ficar enredado nas denominadas "roscas" características dos mercados agrícolas convencionais. **Há portanto um risco de vencer a batalha mas perder a guerra na produção, comercialização e consumo de produtos orgânicos.**

Afinal, qual é a viabilidade que se pretende alcançar ? Avaliar até que ponto apenas a ciência pode ajudar a resolver os problemas das relações agricultura/meio ambiente tendo em vista a viabilidade econômica da produção. Os problemas e desvios da relação homem/natureza decorre também de desvios e problemas existentes na relação entre os homens no processo de produção e comercialização e não apenas da sua relação histórica com a natureza. A expansão do uso de adubos químicos altamente solúveis e agrotóxicos correspondeu no campo da agricultura, à penetração da relação capitalista no campo, diante da necessidade de produzir-se maior quantidade em um mesmo espaço, de modo a aumentar o lucro. A possibilidade de produzir economicamente alimentos e matéria prima sem utilizar adubos químicos sintéticos e agrotóxicos de modo que viabilize econômica e socialmente agricultores, não é suficiente e certamente não satisfaz os ideais dos vários grupos ambientalistas. A viabilidade que de modo geral se pretende para a agricultura orgânica, não está restrita a que um grupo limitado de agricultores idealistas produzam alimentos e matéria prima saudáveis e de excelente qualidade destinada a um grupo restrito de consumidores também idealistas, dispostos e capazes de pagar mais caro pelos mesmos.

A agricultura orgânica corre portanto, o risco de cometer os mesmos equívocos do sistema que tanto se critica. Vandana Shiva (1989), considera que “... o crescimento do mercado e dos modos de produção às custas da estabilidade da natureza, está no caminho da crise de sustentação. Por isso, (acredita que) a sustentação necessita que o mercado e os modos de produção tenham transformada sua lógica do lucro, da acumulação de capital e do retorno ao investimento, em uma lógica de retorno à natureza”.

Diante dessa afirmativa, pode-se levantar a questão sobre até que ponto a agricultura orgânica terá condições para deixar de lado a primazia do capital, no

processo de produção ? Será possível fugir desse esquema ? Até que ponto é importante e necessário fugir desse esquema ? Qual a viabilidade real de se conseguir expandir nacionalmente os sistemas orgânicos de produção agrícola que crescem rapidamente em algumas regiões ? Qual a melhor estratégia para se conseguir avançar mais rapidamente com esse objetivo ? Os defensores da agricultura orgânica querem realmente que isso ocorra a qualquer custo ? Qual a estratégia e o ritmo a serem adotados para que se consiga não perder o controle do avanço da agricultura orgânica e da manutenção de seus ideais ? Qual seria a reação, dos grupo de idealistas de agricultores, consumidores e técnicos, no caso de se perder o controle do processo para as multinacionais que atualmente dominam o mercado dos insumos “modernos” e de que o chamado “agribusiness” ou agronegócio, se interessasse e demonstrasse cabal e definitivamente a viabilidade técnica e econômica da agricultura orgânica atender a seus interesses imediatos (em função do diferencial de preços e crescimento exponencial desse “nicho” de mercado), através do exercício da sua poderosa capacidade de organizar, controlar e dominar o mercado de “insumos” e produtos orgânicos ?

Frente a essas questões, é preciso não perder de vista os princípios fundamentais e éticos que deram origem aos movimentos alternativos de produção agrícola. Assim, a construção de um processo de produção agrícola diferente do atualmente dominante, absolutamente, não poderá ser chamado de novo modelo, uma vez que exatamente essa idéia de modelo, é incompatível com uma nova idéia de produção agrícola que se busque construir, que necessariamente não poderá adotar os parâmetros do atual sistema de produção. O novo processo de produção poderá ter como uma de suas características principais, estar fundamentada numa ciência agronômica não reducionista e na participação de um agricultor que tenha ou recupere suas capacidades de observar e respeitar o seu espaço de produção, conhecer e respeitar o tempo da natureza e consumidores como parceiros ativos e interessados.

### **Cultura e agricultura**

Do ponto de vista social, a agricultura ao necessariamente relacionar intimamente o homem com a natureza, no espaço e no tempo, intensificou um

conflito existente. E isto porque na caça, este esgotava-se na morte de um animal, enquanto que na agricultura exigia a continuidade da vida vegetal e animal na natureza.

EHRENFELD(1993), considera que “O sistema agrícola conhecido como a Revolução Verde, o qual foi desenvolvido nos anos 50 e 60, que se expandiu nos anos 70, e que começou a decair nos anos 80, necessita ser substituído. Baseado no uso intensivo de fertilizantes, irrigação, inseticidas, fungicidas, herbicidas, maquinaria agrícola, e extensas monoculturas - tudo num pacote ‘tudo ou nada’ - o sistema possui defeitos que são grandes e dos quais não se pode escapar. Custa uma fortuna, fazer os agricultores comprometerem e arriscarem seus patrimônios todos os anos. Deixa os agricultores sem nenhum controle sobre o modo como produzem e pouco controle sobre o modo como comercializam sua produção. Os agroquímicos que são uma parte inseparável do sistema, são altamente tóxicos para o agricultor e seu meio ambiente. Esse sistema erode e desperdiça o solo, ao mesmo tempo que o envenena. Ele destrói as raras fontes de água. Permite e até promove a extinção de incontáveis variedades de culturas, e a insubstituível herança genética de milênios de cultivos. E todas essas conseqüências, atuando conjuntamente, conseguiram destruir a cultura própria dos habitantes dos sítios ou fazendas, assim como, as comunidades rurais e forçaram milhões de fazendeiros capazes a abandonar suas terras, nas nações pobres e ricas.”

Pouco adiantará portanto, construir um processo diferente que traga dentro de si, os mesmos desvios que estão presentes atualmente nos processos dominantes de tecnologia e comercialização.

EHRENFELD(1993) considera que a falha científica central da revolução verde, é que ela assume a não existência de limites, num mundo que os ecologistas sabem muito bem, estar cheio de forças limitantes e sujeito a eventos imprevisíveis que muitas vezes fazem esses limites funcionarem.

O novo sistema, além de ter que considerar a existência desses limites, deverá valorizar o conhecimento prático dos agricultores, suas habilidades e a participação indispensável do consumidor. BERRY(1983) considera que “Uma relação adequada entre pessoas e a terra, não é um monólogo mas uma conversação. Se a terra tem algo a responder o bom agricultor a ouve”. E o consumidor, acrescentamos, deve estar participando dessa conversa. O sistema segundo EHRENFELD(1993), “...terá de ter espaço para as respostas inovadoras dos agricultores às circunstâncias e às suas necessidades e à da sua terra, uma habilidade que normalmente é adquirida

depois de muitos anos, e começando na infância”. BERRY(1983), afirma também, que pelo fato da produção agrícola ser feita num lugar particular, o valor e a intervenção do especialista, mesmo as recomendações ecologicamente benéficas, são restritas e limitadas. A agricultura da revolução verde tentou desviar-se desta questão, pela negação da importância do lugar aonde é realizada a produção agrícola. Na agroecologia, não se despreza as condições do meio ambiente local, definidas entre outros, pelos fatores, solo, topografia, microclima, flora e fauna, que variam de lugar para lugar e constituem fatores limitantes para a produção de determinadas espécies.

A questão central de uma nova agricultura segundo EHRENFELD (1993) é, **como influenciar a cultura representada pelos sistemas de produção agrícola desenvolvidos pelos agricultores sem arruiná-la**, ou seja, como criar um sistema pelo qual agricultores e especialistas agrícolas possam interagir de uma forma que não seja condescendente com os agricultores ou negue a individualidade de seus problemas, e que ao mesmo tempo mantenha integridade e a utilidade das recomendações que os especialistas tem a oferecer.

Qualquer agricultura que se deseje, seja sustentável, tem que ser constituída por algo maior do que um conjunto de recomendações técnicas que levem em consideração os limites ecológicos da produção agrícola. A tecnologia a ser desenvolvida e utilizada, deverá ser apoiadora da cultura que a pratica, e também participar dessa cultura. Não deverá de modo algum ir no sentido contrário dela.

### **O quadro atual**

O tipo de ciência de agrícola, que fundamenta o atual modelo de agricultura, busca em primeiro lugar, a desqualificação de todo o conhecimento e práticas que não sejam as da agroquímica. Traz também como elemento importantíssimo, uma tendência à simplificação dos processos de produção agrícola e sua adaptação ao modelo industrial de produção. Adaptam-se as plantas e animais à tecnologia ao invés de adapta-la aos processos naturais de produção baseados na natureza. O solo, como organismo complexo, vivo e dinâmico, passa a ser encarado como um substrato apenas físico, normalmente

visto como praticamente improdutivo, ao qual sempre é necessário colocar quantidades específicas e adequadas de nutrientes para que haja “elevadas produções que geram elevadas receitas”. Dentro desse contexto de simplificação, a natureza por ser originariamente um sistema complexo, precisa ser tratada parte por parte para que seja possível um maior controle do processo de produção e se alcance uma maior eficiência econômica.

A agricultura moderna, agroquímica, convencional, a Revolução Verde, segundo EHRENFELD(1993), fizeram questão de ignorar a associação histórico/cultural do homem com sua terra, substituindo-a por insumos materiais, como os fertilizantes químicos, maquinaria agrícola, pesticidas e irrigação, tudo vindo de fora do estabelecimento agrícola. Desautorizou e desprezou todo o conhecimento local. SHIVA(1993), atribui à interação com o conhecimento ocidental, que é dominante, o desaparecimento do conhecimento local que normalmente faz parte da cultura local. E esta tem sido portanto, sistematicamente posta de lado e desqualificada, de modo a que ela se torne “invisível”. Segundo SHIVA(1993), a promoção da desqualificação e a invisibilidade do conhecimento local é fundamental para o predomínio do modelo ocidental. Para tanto, chamam-no de primitivo, atrasado ou não científico. Desprezam todo conhecimento que estiver fora dos parâmetros da ciência moderna.

A ciência adquiriu um tal grau de imunidade, que HARDING(1986) citada por SHIVA, afirma que “Nem Deus, nem a tradição foram privilegiadas com a credibilidade que tem a racionalidade científica nas culturas modernas...”.

A metáfora da monocultura da mente, criada por Vandana Shiva, traz à tona e faz uma perfeita e esclarecedora ligação entre os processos de produção agrícola e os processos de produção de pensamentos e ideologias nos mais diversos campos da atividade humana, especialmente a dos hábitos de consumo. À partir desse raciocínio, é possível elaborar relações em relação a dois tipos básicos de pensamento, comportamento e de perspectivas que se pode ter em relação aos processos de produção agrícola, incluindo aspectos florestais e pesqueiros. Um, lastreado no paradigma científico ocidental moderno, que privilegia uma mercadoria, um produto isolado, a dominância total da racionalidade econômica, o grande comércio, a adaptação das plantas e animais às

necessidades da indústria, a desconsideração, desvalorização e eliminação de subprodutos muitas vezes importantes para a ecologia, artesanato, construções locais, e para outras atividades das populações aí residentes. Outro tipo, mais natural, leva em consideração tudo o que tem sido desprezado pelo primeiro e busca valorizá-los.

A demonstração de que a tendência à monocultura no campo das atividades agrícolas se reflete no modo de pensar de toda uma sociedade, constitui sem dúvida um rico eixo central, estabelecido por Vandana Shiva para se pensar a problemática da construção de um novo processo de produção agrícola. Utilizando-se desse raciocínio de SHIVA em relação à produção, podemos estabelecer um paralelo com os processos de comercialização que sofreram o mesmo estreitamento para uma só forma. SHIVA considera que a biodiversidade constitui o elemento central, verdadeiro divisor de águas entre essas duas formas de ver a agricultura; uma que tendendo para, e privilegiando a produção monocultural, dá pouco ou nenhum valor à biodiversidade seja em relação à diversificação/rotação de culturas e integração das atividades animais/vegetais, seja em relação à preservação da macro e micro flora e fauna (uma vez que para esse sistema, não desempenham função alguma do ponto de vista econômico e portanto devem ser eliminadas do processo). A diversidade para essa forma de ver a agricultura, representa um impedimento ao maior controle e "eficiência" do processo de produção e comercialização agrícola. A diversidade no caso da produção, é vista como "mato" que necessariamente deve ser destruído. A forma orgânica/ecológica de ver/perceber a agricultura, tende para e privilegia trabalhar com a diversidade de atividades e espécies, assim como, sua integração num processo complexo, interrelacionado e ligado à cultura local. Creio que o comércio justo também pode ser inserido nesse tipo de raciocínio.

Segundo SHIVA(1993), "... a substituição da biodiversidade pelas monoculturas, deve-se ao fato de que a idéia que o paradigma dominante de produção agrícola passa para os agricultores e sociedade, é de que a diversidade opõe obstáculos ao aumento da produtividade, o que cria um imperativo para a uniformidade e monoculturas". É a ditadura do econômico.

## Uma nova agricultura e um novo comércio

Numa nova concepção de produção e comercialização agrícolas, os agricultores devem deixar de serem considerados apenas receptores de tecnologia, conselhos e informações e os consumidores devem passar a ter um papel ativo, fazer parte de ambos processos, influenciando diretamente sobre os mesmos. A nova ciência agrícola, não deve ser reproduzida de modo semelhante a do atual modelo, apenas substituindo-se os insumos e recomendações utilizadas. A nova agricultura, que pode ser denominada, alternativa, sustentável, regenerativa, de baixos insumos, deve incorporar a capacidade de produção já demonstrada pelos agricultores e o interesse e participação dos consumidores.

O encaminhamento de soluções para os problemas da agricultura/meio ambiente, certamente passa hoje, não apenas pelos cientistas agrícolas mas por aqueles que pensam em termos do estabelecimento agrícola como um todo, e cujas experiências referem-se também aos estabelecimentos como um todo, e cujo conhecimento se desenvolveu pela integração de mão, cérebro e coração, ao conduzir o trabalho na agricultura - ou seja, os agricultores. É necessário resgatar o conhecimento técnico local dos agricultores e reconhecer suas contribuições passadas e futuras.

Em apoio a essa postura, há o fato de que, agricultores, desde os grandes até os pequenos, tendem a estar ligados a pedaços particulares de terra, por um longo período de tempo. Constitui uma meta de quase todos eles, estarem aptos a transmitir seus sítios e fazendas em bom estado de trabalho para seus filhos e netos. Nesse sentido, a prática da lavoura, a **agricultura**, como seu próprio nome diz, é em grande parte passada, como o é a terra em si, de geração para geração, dos mais velhos para os mais moços. A transmissão do conhecimento agrícola do fazendeiro ou sitiante para seus descendentes, é cultural e está ligada àquele particular pedaço de terra. É uma cultura local que à ele está ligado.

E o conhecimento, "... é necessariamente local, uma vez que deriva da experiência direta dos processos de trabalhos, os quais são formados e delimitados pelas diferentes características de um lugar particular com um ambiente físico e social específico e único." KLOPPENBOURG(1991).

Uma nova agricultura portanto, ao contrário da convencional, não apresenta apenas um só objetivo e produto (monocultura) mas vários objetivos e produtos

que abrangem várias dimensões. Entre elas, relacionamos: a própria produção física, a produção de conhecimento por parte dos agricultores, um mercado justo, a regeneração do local (do estabelecimento agrícola e região), participação do consumidor e de modo mais abrangente, a própria regeneração do planeta.

Esses múltiplos objetivos para serem analisados/construídos, extrapolam e não se “resolvem” apenas no espaço da produção e no mercado. Essa nova agricultura perpassa outros espaços, conforme elaboração de SANTOS (1996), que além do espaço da produção, inclui análises das mesmas questões no espaço doméstico, espaço da cidadania e espaço mundial. No **espaço da produção física**, obviamente estarão incluídas as questões microeconômicas; no **doméstico**, as questões que ocorrem na dinâmica das famílias (como os hábitos de consumo); no **espaço da cidadania**, os movimentos ecológicos e ambientais que lutam por um processo de produção agrícola menos agressivo ao meio ambiente, seja por motivos de evitar o envenenamento de trabalhadores (pela aplicação de agrotóxicos) e consumidores (pelo consumo de produtos contaminados) e mercado justo (a redução entre as distâncias física e mental entre agricultores e consumidores), seja pela não poluição direta, do ar, solo e água. Ademais, **há um outro espaço que não é considerado na agricultura convencional, que é a regeneração do planeta**, envolvendo questões como as mudanças climáticas, a escassez de água potável no mundo (que pode tornar-se motivo de guerras territoriais), a redução da camada de ozônio, a produção descontrolada de microorganismos e organismos através da biotecnologia com perigo de se espalhar por todo o planeta.

A incorporação do local, do doméstico, da cidadania, do planetário na órbita das questões relacionadas à produção agrícola, representa a adoção de um sentido completamente oposto ao que foi tomado pela tecnocracia dominante, uma vez que, esta promove a comoditização crescente dos insumos agrícolas através do grande comércio, estabelece uma dependência da ciência e tecnologia a esse processo de comoditização, caminhando no sentido de uma utopia tecnológica fundamentada em “soluções prontas e gerais”.

Uma produção e comercialização agrícola que respeita e se preocupa com o meio ambiente, busca trabalhar com complexidades, ao contrário da

convencional, que procura sempre simplificar e trabalhar apenas parcialmente as questões. Na primeira, a racionalidade econômica, ainda que importante e fundamental, não constitui o único parâmetro para dar valor às coisas e situações e para a tomada de decisões sobre os processos de produção e comercialização agrícola. Os limites para as decisões, são então dados pelas características dos diversos processos naturais que compõem a produção agrícola, pela capacidade da natureza em absorver os impactos deles resultantes (por menores que sejam) e principalmente, por uma convergência do conjunto das ações necessárias à produção, em direção à preservação e regeneração da biodiversidade. A procura da diversidade, tem que fazer parte da lógica do processo de produção e comercialização que se pretende construir como alternativa ao atualmente dominante, assim como, o respeito ao ser humano.

Uma agricultura com cultura, terá de caminhar no sentido de obter uma produção física abundante, suficiente, e econômica mas respeitando os limites e funções adicionais, de produzir simultaneamente, conhecimentos sobre a própria produção, gerar empregos, regenerar o meio ambiente local e regional e em última instância, contribuir para a regeneração do planeta.

### **Algumas observações decorrentes da experiência da AAO**

Desde a fundação da Associação de Agricultura Orgânica - AAO - em 1989, o mercado de produtos orgânicos, em São Paulo e no Brasil, sofreu um rápido crescimento da produção, consumo, número de produtores e consumidores. Surgiram novas áreas de produção e mercados com diferentes características quanto aos agricultores, consumidores, pesquisadores, processos de produção e de comercialização, gerando interesses e condições específicas de produção e comercialização.

Esse crescimento do mercado orgânico está ocorrendo de uma forma bastante descoordenada em nível nacional, apesar das tentativas de organização e esforços conjuntos das diversas organizações que congregam agricultores, outros segmentos sociais interessados no assunto e o Estado.

Do ponto de vista econômico a agricultura orgânica/sustentável está mostrando, pelo menos no estado de São Paulo, que sem dúvida é viável. Mas

essa viabilidade estará respeitando os parâmetros éticos vislumbrados pelos idealizadores, que incluía inclusive um certo com um toque de utopia ? Muito terá que ser feito para que esse sonho não se desvaneça num mar de interesses puramente econômicos.

O movimento pela agricultura orgânica/ecológica, não pode deixar de lado, a relação entre agricultura orgânica e a Justiça, que deve se revelar na saúde de agricultores, consumidores, trabalhadores e abranger todas as relações de mercado. É em nome dessa Justiça que se estabelecem exigências éticas a serem cumpridas pelos agricultores certificados, quanto as margens de lucro, respeito aos direitos dos trabalhadores, agricultores, consumidores e preservação do meio ambiente.

Surgiram no estado de São Paulo, uma serie de problemas na área de produção e de comercialização dos produtos orgânicos. Se em sua origem, a comercialização era simples e justa, o crescimento muito rápido do setor fez emergir uma serie de interesses contraditórios entre si, de consumidores, agricultores, responsáveis pelos equipamentos de comercialização no mercado e área técnica da AAO. É nesse contexto de contradições que é fundamental a manutenção dos ideais da agricultura orgânica/ecológica e da credibilidade de seus produtos num contexto de uma economia capitalista especialmente, numa conjuntura econômica e social do país, em que o setor agrícola convencional não está em momento favorável e a produção orgânica por sua vez, não fica imune a essa situação geral da economia do país.

As transgressões das normas de produção e comercialização de produtos orgânicos certificados pela AAO, felizmente tem sido eventuais e enfrentadas com espirito de compreensão mas de forma enérgica pela AAO. Sua estrutura de fiscalização, composta por consultores terceirizados realiza um trabalho complexo e intenso de rastreamento da produção e comercialização que garante a qualidade dos produtos. Uma Comissão de Ética composta por agricultores, comerciantes e diretores da AAO está apta a deliberar sobre problemas que extrapolem os aspectos normativos aplicando a punições e destacando os méritos.

O diferencial de preços quando atinge valores absurdos coloca-se também no campo da no contexto das questões éticas. As causas desse diferencial de

preços que dependiam há algum tempo quase que apenas das dificuldades técnicas que os agricultores enfrentam para a produção de determinados produtos (e que em grande parte já foram solucionados), tem atualmente outros fatos geradores, como o abuso de supermercados ao estabelecerem margens de lucro que chegam a 300/400 % sobre o preço pago ao agricultor.

A entrada de novos agricultores no processo de produção orgânica (que passa pela certificação) constitui também um foco de contradições. Algumas empresas de comercialização receiam perder seus fornecedores (que por eles foram "formados" através da prestação de assistência técnica) Outros agricultores que buscam criar uma massa crítica de produção para viabilizar algum empreendimento maior esbarram nos critérios rígidos estabelecidos pelas normas de produção e reclamam uma maior flexibilidade de critérios para a entrada de novos produtores. Há também o caso de agricultores que não tem condições econômicas de pagar pelo processo de certificação o que exige uma capacidade da AAO de "subsidiá-los" para isso de certa forma. E finalmente falta uma consciência mais forte por parte de agricultores e consumidores de que a AAO é apenas uma associação sem fins lucrativos e não uma empresa cujo único objetivo é prestar serviços aos clientes. Assim é, que algumas empresas diante de dificuldades em seu fluxo de caixa, simplesmente deixam de pagar os serviços prestados pela AAO (que garante a credibilidade dos produtos) pois esse tipo de dívida não é exigível legalmente.

Questões como as condições de vida dos trabalhadores da agricultura orgânica já são levantadas por consumidores, preocupados com a fato de que a agricultura orgânica possa manter os mesmas atitudes prevalecentes na convencional em relação a essas questões.

Do ponto de vista positivo, verifica-se que empresários com capacidade financeira estão entrando no setor, sem grandes dificuldades , uma vez que tem capacidade técnica e financeira de organizar sua produção e colocá-la no mercado.

Os atuais problemas da AAO, são típicos de uma fase de transição entre uma, de produção quase que artesanal na qual a garantia era o "olho no olho", para outra, ligada ao grande mercado regional, nacional e internacional, cujas

demanda, problemas, exigências legais e conflitos, são muito mais complexos e no qual a garantia é o selo orgânico e a manutenção da estrutura que lhe dá credibilidade no mercado

. Para enfrentar essas questões será necessário que as organizações que promovem a agricultura orgânica estabeleçam estratégias de caráter organizativo/construtivo para o processo relacionadas:

- 1) ao debate e encaminhamento de soluções para as questões relativas a produção, consumo, participação dos consumidores, pesquisa, comercialização, preços diferenciados, assistência técnica/consultoria, normatização, certificação, fiscalização, exportação, importação, formação profissional, educação, financiamento público e privado, legislação ambiental/agrícola, intervenção/apoio do Estado;
- 2) ao estabelecimento de um ordenamento dos interesses comuns da agricultura orgânica brasileira que se desenvolveram nesse ciclo inicial, de modo a tentar compreender e conciliar os interesses conflitantes existentes entre consumidores, agricultores, comerciantes, técnicos e trabalhadores;
- 3) ao estabelecimento de uma posição política e estratégia comum de esclarecimento dos agricultores, consumidores e público em geral, sobre os insumos agroquímicos e transgênicos que ameaçarem o meio ambiente e a necessidade de para preservá-lo, alterar a base tecnológica da produção agrícola e até mesmo hábitos arraigados de consumo.
- 4) ao estabelecimento de metas comuns e conjuntas quantitativas e qualitativas de produção agrícola orgânica nas regiões, de modo a ampliar o número de agricultores orgânicos, volume de produção, número de consumidores e modificar as formas de comercialização que se mostrarem inadequadas e/ou incompatíveis com os objetivos humanos, éticos, ecológicos e de justiça.
- 5) ao estabelecimento de linhas de ações comuns coordenadas, de modo que se possa dar início a um novo ciclo de crescimento do setor que seja mais rápido, eficiente e ordenado, o que poderá ser alcançado através de gestões inter-institucionais e entre as organizações locais, regionais, nacionais e internacionais que apoiam essa idéia, de modo que se estabeleça: **a)** um sistema de articulação de princípios, e estratégias de ações entre as diversas entidades, organizações e

empresas representativas do setor orgânico de produção e comercialização agrícola; **b)** uma melhor ordenação da sua relação com os consumidores e meios de comunicação de modo a reforçar a ideologia da produção e comercialização não convencional; **c)** melhores e mais estreitas relações com os aparelhos de Estado, compreendendo os poderes Executivo, legislativo e Judiciário, no âmbito da pesquisa, financiamento, legislação e exportação/importação e órgãos de defesa do consumidor.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BERRY, Wendell. **A Place on Earth**. San Francisco : North Point Press, 1983.
- EHRENFELD, David. **Beguining Again - People and Nature in the New Millenium**. Oxford University Press. New York, 1993
- KLOPPENBOURG JR, Jack. **Social Theory and the De/Reconstruction of Agricultural science : Local Knowledge for na Alternative Agriculture** . Rural Sociology 56(4), 1991. pp. 519-548
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice : o social e o político na pós - modernidade**. São Paulo : Cortez, 1996.
- SHIVA, Vandana. **Monocultures of the Mind - Perspectives on Biodiversity and Biotechnology**. London : Zed Books, 1993. P. 183
- CARMO, Maristela. S. & MAGALHÃES, Marcelo. M. **Agricultura sustentável : avaliação da eficiência técnica e econômica de atividades agropecuárias selecionadas no sistema não convencional de produção** , 1998.
- DULLEY, Richard D. & CARMO, Maristela S. **Viabilidade econômica do sistema de produção na agricultura alternativa** in : GORGATTI NETTO, <sup>a</sup> Experiência brasileira de pesquisa econômica em energia para o setor rural. Brasília, EMBRAPA - PNPE/DEP, 1984.
- LOCKERETZ, W. et Alii **A comparison of the production economic returns and energy intensivness of the corn belt farms that do and not use inorganic fertilizer and pesticides**. Washington University Press, St. Louis, 1975

**RESUMO - VIABILIDADE DA AGRICULTURA ORGÂNICA DENTRO DA ÉTICA E COMERCIO JUSTO.**

O texto discute, aspectos da viabilidade da agricultura orgânica relacionados com os diferentes conceitos de produtividade e eficiência que lhes são peculiares, uma vez que na agricultura orgânica e comercio justo, obrigatoriamente devem incluir outras racionalidades que não só a econômica. Isto implica em restrições no processo de produção e comercialização. Discute e levanta também questões sobre a necessidade de se preservar os princípios básicos que são inseparáveis do conceito de agricultura orgânica e o seu confronto com o risco da sua viabilidade vir a concretizar-se mais rapidamente do que o esperado mas sob a égide e controle do grande capital no contexto do período dinâmico e decisivo que passa a agricultura orgânica paulista. Discute algumas questões relativas a uma nova agricultura e novo comercio e a partir da experiência da Associação de Agricultura Orgânica propõe algumas estratégia de caráter organizativo/construtivo.

#### Summary – ORGANIC AGRICULTURE FEASABILITY WITHIN ETHIC AND FAIR TRADE

This paper argues, about features of organic agriculture feasibility related with different productivity and efficiency concepts that are peculiar to them, as organic agriculture and fair trade, obligatorily must include other racionalities beside the economic. This implies restrictions in the production and marketing process. It argues and arouse questions on the necessity of preserving basic principles that are inseparable from the organic agriculture and confront them with the risk of that feasibility concretizes itself more quickly than expected, but under the big business control in a context of the dynamic period that the organic agriculture in the state of São Paulo is going through. Argues some questions related with a new agriculture and commerce, starting from the ten-year experience of the Organic Agriculture Association and propose an organizative/constructive character strategy.